

Grande Sertão III

Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Grande Sertão III Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Grande Sertão III Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Auditoria societária

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“demonstrações financeiras societárias”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 7 de março de 2025, que contém opinião sem modificação.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

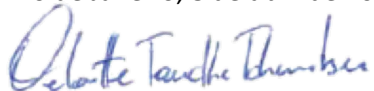
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

GRANDE SERTÃO III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalente de Caixa	7	81	Fornecedores	11	1.392
Títulos e Valores Mobiliários	8	20.587	Impostos e Contribuições a Recolher		398
Despesas Antecipadas		15	Dividendos		912
Tributos a Recuperar		1.146	Outros Passivos Circulantes		1.297
Outros Ativos Circulantes		221			3.999
		22.050	NÃO CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	
Despesas Antecipadas		44	Capital Social		25.760
Tributos a Recuperar	12	79	Reserva Legal		192
Imobilizado	9	15.813	Prejuízo acumulado		(1.580)
Intangível	10	61	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		9.676
		15.997			34.048
TOTAL DO ATIVO		38.047	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024
Despesas operacionais	14	(1.467)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(1.467)</u>
Receita financeira		917
Despesa financeira		(5)
RESULTADO FINANCEIRO	15	<u>912</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(555)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12.b	79
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u><u>(476)</u></u>
RESULTADO POR AÇÃO		0,014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(476)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(476)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

Capital social							
	Nota explicativa	Subscrito	A Integralizar	Reserva legal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	13.a	34.286	-	-	-	-	34.286
Capital a Integralizar	13.a	-	(8.526)	-	-	-	(8.526)
Recebimento para futuro aumento de capital	13.b	-	-	-	9.676	-	9.676
Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	(476)	(476)
Constituição de Reserva Legal	13.d	-	-	192	-	(192)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	13.d	-	-	-	-	(912)	(912)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>34.286</u>	<u>(8.526)</u>	<u>192</u>	<u>9.676</u>	<u>(1.580)</u>	<u>34.048</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício		(476)
Ajustes:		
Depreciação do imobilizado	9	12
Amortização do Intangível	10	7
IR e CS Diferido	12.b	79
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(962)
		(1.340)
Variações nos ativos e passivos:		
Impostos à recuperar		(1.146)
Despesas Antecipadas		(59)
Tributos Diferidos		(79)
Outros créditos		(221)
Fornecedores	11	1.392
Tributos e contribuições sociais a recolher		362
IRPJ e CSLL Pagos		(43)
Outros passivos		1.299
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		165
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	9 e 10	(15.894)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	8	(60.446)
Resgate em títulos e valores mobiliários	8	40.820
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(35.520)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	13.a	25.760
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13.b	9.676
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		35.436
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		81
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Grande Sertão III Transmissora de Energia S.A. ("GRANDE SERTÃO III" ou "Companhia"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de outubro de 2022.

Em 28 de março de 2024, o BTG Pactual FIP Warehouse, foi vencedor do Lote 14 da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Esse projeto é formado uma linha de transmissão de 500 kV, construção de duas novas subestações, Ourolândia II e Jussiape, com 637 km de extensão.

O projeto da Linha de Transmissão é a expansão do sistema de transmissão da área sul da Região Nordeste e Norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo para fazer frente à expectativa de contratação de elevados montantes de energia provenientes de empreendimentos de geração renovável na região, com destaque para as usinas eólicas e solares. Localizada no estado da Bahia.

O Contrato de Concessão nº 17/2024-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 14 do Edital do Leilão 01/2024 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 28 de junho de 2024 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até junho de 2054. A data regulatória para entrada em operação comercial do empreendimento é 30 de dezembro de 2029.

Em 14 de novembro de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 1.677, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com um investimento estimado de R\$1,6 bilhões para a construção do empreendimento, a ser realizado ao longo dos próximos quatro anos. A construção da linha de transmissão será executada com mão de obra própria, garantindo maior controle sobre qualidade e prazos.

Os contratos essenciais para a implementação do projeto já foram formalizados ou estão em fase avançada de negociação com os fornecedores. Entre os principais acordos, destaca-se a negociação com a Prysmian Cabos e Sistemas do Brasil S.A. para o fornecimento de cabos de alumínio. Além disso, foi firmado um contrato com a Sae Towers Brasil Torres de Transmissão LTDA para o fornecimento de estruturas metálicas.

Todos os contratos incluem garantias para assegurar a conclusão do empreendimento dentro dos prazos e custos estabelecidos.

Na área fundiária, a Avalicon Engenharia e Aerolevanteamento LTDA. foi contratada, enquanto as questões ambientais serão geridas pela MRS Estudos Ambientais Ltda. A gestão do projeto contará com o apoio da Lmeng Consultoria Projetos Engenharia Ltda., responsável pela Engenharia do Proprietário na implantação das Subestações, e da Fluxo Engenharia Ltda., que ficará à frente da Engenharia do Proprietário da linha de transmissão.

A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$162,9 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia pretende financiar a construção do projeto com recursos de seus acionistas e com empréstimos a serem captados junto a terceiros (mercado de capitais e/ou Bancos de fomento). Inicialmente, essa captação se dará através de um empréstimo ponte de curto prazo. Posteriormente, buscará um financiamento de longo prazo para quitar o empréstimo ponte e custear a conclusão do projeto em sua totalidade.

2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

“A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.”

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base tributária para apuração fiscal corrente, o valor dos dividendos e da reserva legal é o lucro apurado de acordo com as práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 8 de abril de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas notas explicativas nº 3.1 a nº 3.10, nas páginas 10 a 14, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1. Imobilizado

4.1.1. Imobilizado em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tornando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.1.2. Imobilizado em curso

A Concessionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, transferindo para o Imobilizado em Serviço de acordo com Resolução vigente da ANEEL.

4.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

4.3. Reconhecimento da Receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

4.4. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

As seguintes normas alteradas e interpretações não resultou em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26/IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
CPC 06/IFRS 16	Contabilização de “leaseback”.	01/01/2024
CPC 40/IAS 7/IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros.	01/01/2024

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 40/ IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 48/ IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1. Perda (“Impairment”) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Caso ocorra, os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para “impairment” tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

5.2. Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado

Os investimentos realizados são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

6.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

Salvo pelo ativo contratual e pelo capital a integralizar, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros, contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento as necessidades de implantação do negócio.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

(ii) Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

6.2. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	20.587	20.587
	<u>20.587</u>	<u>20.587</u>
	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	81	81
	<u>81</u>	<u>81</u>
	Valor contábil	Valor justo
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	1.392	1.392
	<u>1.392</u>	<u>1.392</u>

6.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- (i) Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- (ii) Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- (iii) Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

6.4. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2024.

2024					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	81	7	9	11
	Títulos e valores mobiliários	20.587	1.681	2.242	2.802

7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2024
Caixa	1
Banco	80
	<u>81</u>

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Circulante	31/12/2024
Aplicação Financeira - Compromissada - CDB/LCA	20.587
	<u>20.587</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e vencimento maior que 90 dias.

9. IMOBILIZADO

	Adições	Baixas	Valor Bruto 31/12/2024	Adições Líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2024
Imobilizado - R\$ Mil						
Ativo Imobilizado em Serviço						
Administração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	147	-	147	147	(4)	143
Móveis e utensílios	135	-	135	135	(2)	133
Máquinas e Equipamentos	136	-	136	136	(7)	129
Subtotal	<u>418</u>	<u>-</u>	<u>418</u>	<u>418</u>	<u>(13)</u>	<u>405</u>
Ativo Imobilizado em Curso						
Transmissão						
Máquinas e equipamentos	1.554	-	1.554	1.554	-	1.554
Outros	13.838	-	13.838	13.838	-	13.838
Administração						
Móveis e utensílios	16	-	16	16	-	16
Subtotal	<u>15.408</u>	<u>-</u>	<u>15.408</u>	<u>15.408</u>	<u>-</u>	<u>15.408</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>15.826</u>	<u>-</u>	<u>15.826</u>	<u>15.826</u>	<u>(13)</u>	<u>15.813</u>

		2024		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço				
Administração				
Custo Histórico	20,00%	418	(13)	405
		<u>418</u>	<u>(13)</u>	<u>405</u>
Em Curso				
Transmissão		15.393	-	15.393
Administração		16	-	16
		<u>15.408</u>	<u>-</u>	<u>15.408</u>
		<u>15.826</u>	<u>(13)</u>	<u>15.813</u>

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/Equipamentos	Serviço de Terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Em Curso					
Máquinas e equipamentos	1.554	-	-	-	1.554
A ratear	7	8.669	1.943	-	10.618
Adiantamentos a fornecedores	-	113	-	-	113
Desenvolvimento do projeto	-	2.149	-	-	2.149
Outros	16	-	-	959	975
Total do imobilizado em curso	<u>1.576</u>	<u>10.931</u>	<u>1.943</u>	<u>959</u>	<u>15.408</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica vinculados a estes serviços, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que os produtos das alienações sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. INTANGÍVEL

Ativo Intangível - R\$ Mil	Adições	Valor Bruto 31/12/2024	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor líquido 31/12/2024
Em serviço					
Administração					
Softwares	68	68	68	(7)	61
Total do Ativo Intangível	<u>68</u>	<u>68</u>	<u>68</u>	<u>(7)</u>	<u>61</u>

Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Administração				
Softwares	20%	68	(7)	61
		<u>68</u>	<u>(7)</u>	<u>61</u>

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>
Delta Consultoria	551
Deloitte Auditores	44
Engetower Engenharia	90
Grio Socioambiental	61
Lmeng	68
M R S	35
Topa Topografia	464
Outros	79
	<u>1.392</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	<u>31/12/2024</u>
<u>Diferido ativo</u>	
Prejuízos fiscais de imposto de renda	30
Base negativa de contribuição social	49
	<u>79</u>
 Imposto de renda e contribuição social diferido	 79

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

b. Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(555)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	(189)
Bônus e gratificações	110
 Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	 (79)
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	(79)
	<u>14%</u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro 2024 é de R\$34.286 (trinta e quatro milhões) dividido em 17.486.000 (dezessete milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil) ações ordinárias, e 16.800.000 (dezesseis milhões e oitocentas mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito da Companhia era de R\$500,00 (quinhentos reais), estando esse mesmo valor a integralizar. As ações preferenciais não darão direito a voto nas deliberações da assembleia geral.

No exercício de 2024 foi integralizado o montante de R\$25.760, restando a integralizar R\$8.526, que deverá ser integralizado até 22 de julho de 2025.

	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Participação %
FI em Participações Development Fund			
Warehouse-Multiestratégia	17.486	-	51
Grande Sertão Participações S.A.	-	16.800	49
	<u>17.486</u>	<u>16.800</u>	<u>100</u>

b. Recursos Destinados a Aumento de Capital

Em 26 de novembro de 2024, a Companhia recebeu a título de adiantamento para futuro aumento de capital, de forma irrevogável e irretratável, o montante de R\$9.676, a ser convertidos em capital da Companhia, mediante realização de assembleia geral extraordinária para deliberação de aumento de capital ("Conversão em Capital"), no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados do final do exercício social.

c. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

d. Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição:

d.1.) Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com base no resultado de R\$3.842 apurado nas demonstrações financeiras societárias, a Companhia destinou o valor de R\$192 como reserva legal. Nas demonstrações regulatórias esta reserva, foi registrada em prejuízos acumulados do exercício.

d.2.) Dividendos propostos

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% é obtida a partir do lucro líquido societário, diminuído da quota destinada à reserva legal.

Com base no resultado de R\$3.842 apurado nas demonstrações financeiras societárias, a Companhia propôs a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$912. Nas demonstrações regulatórias este dividendo, foi registrado em prejuízos acumulados do exercício.

14. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(618)
Administradores	(524)
Material	(43)
Serviços de Terceiros	(253)
Aluguéis	(4)
Seguros	(3)
Tributos	(2)
Depreciação e Amortização	(20)
	<u>(1.467)</u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2024</u>
Despesas financeiras:	
Tarifas Bancárias	(1)
Outras despesas financeiras	(4)
	<u>(5)</u>
Receitas financeiras:	
Rendimento Aplicação	962
(-) Tributos Receita Financeira	(45)
	<u>917</u>
	<u>912</u>

16. MEIO AMBIENTE

A Companhia está com foco na obtenção das Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto.

17. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no exercício de 2024 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$142.

18. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável a ser divulgados, de acordo com seus advogados internos e externos.

19. SEGUROS

Em dezembro de 2024, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Apólice	Vigência	Importância segurada
D & O	1109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	R\$12.000
Garantia de Fiel Cumprimento - Setor Público	0306920249907751182529000	12/06/2024 a 30/03/2030	R\$157.764

a) Seguro Garantia da ANEEL:

De acordo com o Edital do Leilão 01/2024 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 90 (noventa) dias após a data prevista para a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, devendo ser mantida nas condições definidas neste Edital.”

20. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	81	-	81
Títulos e valores mobiliários	20.587	-	20.587
Despesas antecipadas	15	-	15
Tributos a recuperar	1.146	-	1.146
Outros ativos circulantes	221	-	221
	<u>22.050</u>	<u>-</u>	<u>22.050</u>
Não Circulante			
Despesas antecipadas	44	-	44
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	21.935	21.935
Tributos Diferidos	79	(79)	-
Imobilizado	15.813	(15.393)	420
Intangível	61	-	61
	<u>15.997</u>	<u>6.463</u>	<u>22.460</u>
Total do Ativo	<u>38.047</u>	<u>6.463</u>	<u>44.510</u>

	31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo			
Circulante	1.392	-	1.392
Impostos e contribuições a recolher	398	-	398
Dividendos	912	-	912
Outros passivos circulantes	1.297	-	1.297
	<u>3.999</u>	<u>-</u>	<u>3.999</u>
Não Circulante			
Tributos Diferidos	-	2.145	2.145
	<u>-</u>	<u>2.145</u>	<u>2.145</u>
Capital Social	25.760	-	25.760
Reserva Legal	192	-	192
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	9.676	-	9.676
Reserva de Lucros	-	2.738	2.738
Prejuízos Acumulados	(1.580)	1.580	-
	<u>34.048</u>	<u>4.318</u>	<u>38.366</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>38.047</u>	<u>6.463</u>	<u>44.510</u>

	31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações Continuadas			
Receita líquida	-	21.935	21.935
Custo sobre serviços prestados	-	(15.393)	(15.393)
Lucro bruto	-	6.542	6.542
Despesas gerais e administrativas	(1.467)	-	(1.467)
Resultado operacional	(1.467)	6.542	5.075
Receita Financeira	917	-	917
Despesas Financeira	(5)	-	(5)
Resultado financeiro	912	-	912
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(555)	6.542	5.987
Imposto de renda e contribuição social diferido	79	(2.224)	(2.145)
Lucro / Prejuízo do exercício	(476)	4.318	3.842

	31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(476)	4.318	3.842
Ajuste		-	
Depreciação do imobilizado	12	-	12
Amortização do Intangível	7	-	7
IR e CS Diferido	(79)	2.066	2.145
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(962)	-	(962)
Remuneração do Ativo de Contrato	-	(21.935)	(21.935)
	(1.340)	(15.551)	(16.891)
Variações nos ativos e passivos			
Impostos a recuperar	(1.146)	-	(1.146)
Despesas Antecipadas	(59)	-	(59)
Tributos Diferidos	(79)	79	-
Outros créditos	(221)	-	(221)
Fornecedores	1.392	-	1.392
Tributos e contribuições sociais a recolher	362	79	441
IRPJ e CSLL Pagos	(43)	-	(43)
Outros passivos	1.299	-	1.299
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	165	(15.393)	(15.228)

	31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(15.894)	15.393	(501)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(60.446)	-	(60.446)
Resgate em títulos e valores mobiliários	40.820	-	40.820
Caixa líquido provenientes das atividades de investimentos	(35.520)	-	(20.127)
Integralização de Capital	25.760	-	25.760
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	9.676	-	9.676
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	35.436	-	35.436
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	81	-	81
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	81	-	81

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(i) Ativo de contrato e ativo financeiro

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

(ii) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 20 os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

(iii) Receita operacional bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de remuneração do ativo de contrato, operação e manutenção e ganho na RAP, decorrentes da aplicação do CPC 47.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (iv) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (v) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Em 28 de fevereiro de 2025 ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária, onde foram aprovadas as seguintes deliberações:
- (ii) Venda das 17.486.000 das ações ordinárias nominativas e sem valor nominal do capital social da companhia de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Development Fund Warehouse para a Grande Sertão Participações S/A, que dessa forma passará a deter 100% das ações da companhia.
- (iii) Conversão de 100% do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), firmado em 25 de novembro de 2024 em aumento de capital. Consequentemente o capital social, passará de R\$34.286 para R\$44.613. Cabe ressaltar que o capital social foi 100% integralizado em fevereiro de 2025.

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0